

# **Negação Parental diante do Diagnóstico de Necessidades Especiais em Filhos: Explorando Causas, Impactos e Estratégias de Intervenção**

Sandro Rodrigues de Oliveira

## **Resumo**

Este artigo explora a complexa dinâmica da negação parental diante do diagnóstico de necessidades especiais em filhos, abordando suas causas, impactos e possíveis estratégias de intervenção. A negação pode surgir de fatores por causas psicológicas, emocionais e sociais, gerando efeitos adversos no bem-estar da criança e na estrutura da família. Deste modo, investigamos como essa negação não apenas retarda o acesso a tratamentos essenciais, mas também afeta a qualidade de vida da família. Além disso, abordamos algumas intervenções eficazes e destacamos o papel crítico dos profissionais de saúde e educação na facilitação da aceitação e resiliência familiar, propondo uma visão integrativa para apoiar os pais nesse processo desafiador.

**Palavras-chave:** Negação parental. Diagnóstico. Intervenção.

## **Abstract**

This article explores the complex dynamics of parental denial when faced with a diagnosis of special needs in their children, addressing its causes, impacts, and possible intervention strategies. Denial can arise from psychological, emotional, and social factors, generating adverse effects on the child's well-being and the family structure. Thus, we investigate how this denial not only delays access to essential treatments but also affects the family's quality of life. In addition, we address some effective interventions and highlight the critical role of health and education professionals in facilitating family acceptance and resilience, proposing an integrative vision to support parents in this challenging process.

**Keywords:** Parental denial. Diagnosis. Intervention.

## **1. Introdução**

Imagine um futuro cuidadosamente planejado para um filho, repleto de expectativas e aspirações. Agora, imagine esse futuro sendo surpreendentemente redefinido por um diagnóstico de necessidades especiais. Nesse momento de profunda transformação, emerge uma das reações mais obscuras e, por vezes,

incompreendidas por parte dos pais: a negação. Este não é um simples ato de desconsideração, mas um complexo mecanismo de defesa psicológico, tecido por emoções intensas e uma resistência inicial à aceitação de uma nova realidade. A persistência dessa negação, entretanto, não se limita ao universo emocional dos genitores, suas ramificações se estendem, impactando diretamente o desenvolvimento da criança e a qualidade das relações familiares.

Diante da urgência em diminuir tais consequências, este artigo mergulha na problemática da negação parental, buscando desvendar suas causas, analisar seus impactos e apresentar estratégias de intervenção viáveis. O objetivo é oferecer uma compreensão abrangente do fenômeno e contribuir para a construção de caminhos mais solidários e eficazes de apoio às famílias.

Dessa forma, torna-se essencial compreender as causas que levam à negação parental, os impactos que ela pode gerar e as estratégias de intervenção que podem ser adotadas. Essa compreensão é fundamental para que os profissionais das áreas da saúde e da educação possam oferecer um suporte mais eficaz às famílias que enfrentam essa realidade. Assim, este artigo tem como objetivo explorar de forma aprofundada esse tema, buscando não apenas elucidar as complexidades que envolvem esse comportamento, mas também propor uma abordagem integrativa que possa orientar ações concretas voltadas ao bem-estar das famílias envolvidas.

A negação parental diante do diagnóstico de necessidades especiais apresenta sérias implicações para o desenvolvimento da criança e para o equilíbrio familiar. Compreender os motivos que sustentam essa negação revela-se, portanto, um passo vital para o desenvolvimento de intervenções eficazes, capazes de promover a aceitação e fornecer o suporte necessário. Nesse sentido, este estudo propõe-se a investigar quais são as principais causas da negação parental, quais impactos esse comportamento acarreta no desenvolvimento infantil e na dinâmica familiar e, por fim, quais estratégias podem ser implementadas para ajudar os pais a enfrentar e aceitar essa realidade.

Além disso, ao tratar da importância de analisar as causas, os impactos e as possibilidades de intervenção, o estudo pretende promover uma compreensão abrangente do fenômeno da negação parental. Essa abordagem inclui a investigação das razões psicológicas, emocionais e sociais que contribuem para a resistência dos pais em aceitar o diagnóstico, a análise dos efeitos dessa postura

sobre a saúde emocional da criança, a adesão ao tratamento e a qualidade das relações familiares, e a exploração de estratégias psicossociais e educacionais que possam auxiliar na superação da negação, facilitando a construção de uma relação de aceitação e apoio entre pais e filhos.

A relevância deste estudo justifica-se por diversos fatores. Em termos sociais, a negação parental pode comprometer o acesso a serviços e recursos fundamentais, afetando diretamente o bem-estar da criança e da família. No campo científico, a pesquisa amplia o conhecimento sobre os fatores que influenciam esse comportamento, os impactos decorrentes e as intervenções mais eficazes, contribuindo para o aprimoramento das práticas profissionais e para o desenvolvimento de novas investigações. Já em termos práticos, os resultados obtidos podem subsidiar o trabalho de profissionais da saúde e da educação, fornecendo ferramentas para identificar e lidar com a negação parental, além de orientar e incentivar a criação de programas de apoio que favoreçam a aceitação, a adaptação e a promoção da qualidade de vida das famílias envolvidas.

A negação parental, constitui-se em um fenômeno amplamente investigado por diversas áreas do conhecimento, abrangendo campos como a psicologia, a medicina, a educação e o serviço social. A literatura especializada tem se debruçado sobre os complexos aspectos emocionais e psicológicos dessa negação, explorando desde mecanismos de defesa mais comuns até os conhecidos estágios do luto, conforme propostos por Kübler-Ross (1969). Igualmente relevantes são os fatores sociais e culturais que influenciam significativamente a aceitação de um diagnóstico. Para além disso, evidencia-se a crucial importância do suporte familiar no processo de adaptação, destacando-se o papel essencial dos profissionais na promoção da aceitação e da resiliência no âmbito familiar. Desta forma, o presente estudo, alicerçado nesses conhecimentos prévios, aprofunda a compreensão da negação parental a partir da perspectiva daqueles profissionais que atuam diretamente com famílias que vivenciam tal experiência.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1 Negação Parental: Um Mecanismo de Defesa Complexo**

No contexto do diagnóstico de necessidades especiais em filhos, a negação parental emerge como um fenômeno psicológico de notável complexidade. Em sua essência, ela pode ser compreendida como um mecanismo de defesa psíquico que

opera para proteger o indivíduo de uma realidade percebida como intolerável ou excessivamente dolorosa. Na psicologia, a negação é classicamente identificada como um processo inconsciente que busca afastar da consciência elementos angustiantes (FREUD, 1961).

Nesse sentido, a negação parental pode ser associada às fases do luto, conforme a renomada teoria de Kübler-Ross (1969). Nesse contexto, porém, o luto não se manifesta pela perda da vida, mas sim pela perda do filho idealizado, aquele sem limitações, com planos e expectativas que os pais haviam construído para o futuro da criança e o próprio. É, em essência, a frustração de sonhos e a confrontação com uma nova e desafiadora realidade que desencadeiam essa complexa resposta protetiva.

Entretanto, a negação parental transcende a mera fase do luto, entrelaçando-se com uma vasta gama de outros fatores, sejam eles psicológicos, emocionais ou sociais. O medo, por exemplo, pode manifestar-se como o pavor do desconhecido, da capacidade de desenvolvimento da criança ou da própria habilidade parental de lidar com os novos desafios. A vergonha e a culpa, por sua vez, podem emergir de sentimentos de responsabilidade ou da internalização do estigma social ainda associado às necessidades especiais. Adicionalmente, a sobrecarga emocional e o desejo de proteger tanto a criança quanto a si mesmos do preconceito também atuam como potentes catalisadores desse mecanismo. Como bem reforça Severino (2007), os processos psicológicos são intrinsecamente influenciados por um contexto social e cultural que, de forma marcante, modela as respostas individuais.

É crucial reconhecer que a negação parental não se manifesta de forma homogênea, ela existe em forma de uma ameaça. Pode variar desde a negação completa da realidade do diagnóstico até a minimização dos desafios apresentados ou a busca incessante por múltiplas segundas e terceiras opiniões, na esperança de um diagnóstico diferente ou menos severo. Independentemente de sua intensidade, essa atitude, ao adiar ou dificultar a aceitação, pode ter um impacto significativo no acesso a serviços adequados, comprometendo o desenvolvimento da criança e a eficácia das estratégias do enfrentamento familiar. Compreender a negação, portanto, é um passo inicial fundamental para abordar o complexo processo que se inicia com o próprio diagnóstico de necessidades especiais, o qual representa um desafio significativo para toda a dinâmica familiar.

## **2.2 Diagnóstico de Necessidades Especiais: Um Desafio para a Família**

Seguindo nossa conversa sobre a negação, precisamos entender o que acontece no momento-chave: o diagnóstico de necessidades especiais. Para a família, isso não é apenas uma informação médica, é um evento transformador, um divisor de águas que redefine a jornada de todos. É o fim de um sonho, de um filho idealizado sem limitações, e o início de uma nova e, muitas vezes, desafiadora realidade. O percurso até esse diagnóstico, aliás, costuma ser longo e incerto, repleto de consultas e exames, o que intensifica a ansiedade familiar. A forma como essa notícia é comunicada pelos profissionais é, portanto, de suma importância: uma abordagem empática e clara pode suavizar o impacto, enquanto a falta dela pode agravar o choque inicial.

Uma vez confirmado o diagnóstico, a família é confrontada com uma série de desafios multifacetados. Emocionalmente, pais e cuidadores podem vivenciar um luto contínuo pela perda das expectativas, além de estresse crônico, ansiedade e até sintomas depressivos. A culpa e a vergonha, muitas vezes alimentadas pelo estigma social, também podem surgir, impactando a saúde mental de todos. Socialmente, o isolamento e a necessidade constante de explicar a situação da criança podem ser exaustivos. Economicamente, os custos associados a terapias, medicamentos e adaptações físicas podem sobrecarregar o orçamento familiar, frequentemente exigindo que um dos pais reduza ou deixe sua atividade profissional. Logística e praticamente, a busca por serviços especializados, as adaptações na rotina diária e o transporte para as terapias tornam-se constantes, demandando uma reorganização de vida completa.

Apesar de todos esses obstáculos, é notável a capacidade de adaptação e resiliência que muitas famílias desenvolvem. Elas buscam ativamente informações, conectam-se com outros pais em grupos de apoio e estabelecem parcerias fundamentais com os profissionais. Essa rede de apoio social e familiar é crucial para o bem-estar e a adaptação de todos os membros, demonstrando que o suporte mútuo pode transformar o cenário de crise em um caminho de superação.

Nesse contexto desafiador e de busca por resiliência, o papel dos profissionais de saúde e educação é insubstituível. Além de um diagnóstico preciso, é fundamental que eles adotem estratégias que auxiliem a família a navegar por essa nova realidade. Isso inclui uma comunicação clara e empática, onde o

diagnóstico é explicado em linguagem acessível e o espaço para dúvidas e emoções é valorizado. É essencial oferecer informação contínua sobre a condição da criança, as terapias disponíveis, os direitos e os recursos existentes, empoderando os pais com conhecimento. Os profissionais também devem atuar no encaminhamento para serviços especializados e, crucialmente, promover a conexão com redes de apoio, como grupos de pais, que oferecem um espaço seguro para troca de experiências e suporte emocional. Além disso, a oferta ou indicação de apoio psicossocial para pais e irmãos é vital, e a promoção da autonomia da criança, em parceria com a família, deve ser uma meta constante, adaptando o ambiente e as atividades para estimular o máximo desenvolvimento. Em suma, o profissional não é apenas um técnico, mas um guia e um suporte essencial para que a família consiga trilhar essa jornada, com os desafios e as belezas que ela apresenta.

### **2.3 Impacto da Negação Parental no Desenvolvimento Infantil**

A negação parental, conforme já abordado, constitui-se em um complexo mecanismo de defesa. Contudo, suas consequências não são inofensivas, pelo contrário, podem ser profundamente prejudiciais ao desenvolvimento integral da criança com necessidades especiais. Quando os pais persistem em negar ou minimizar a condição de seus filhos, a implicação mais imediata é a negligência de suas necessidades específicas, o que acarreta um atraso significativo no acesso a intervenções e tratamentos cruciais. Essa negligência, aliás, manifesta-se em diversas áreas do desenvolvimento. No aspecto físico, por exemplo, a recusa em aceitar o diagnóstico pode levar à não adesão a terapias essenciais, como fisioterapia e terapia ocupacional, resultando em atrasos motores e limitações que poderiam ser amenizadas por um acompanhamento adequado (BRASIL, 2015).

No âmbito do desenvolvimento cognitivo, a ausência de estimulação precoce e de intervenções pedagógicas adaptadas, muitas vezes pela falta de busca por recursos como as salas multifuncionais, privando a criança de oportunidades cruciais para o aprendizado e a aquisição de habilidades (MANTOAN, 2003). Já em termos emocionais e sociais, a não aceitação por parte dos pais podem gerar na criança sentimentos de rejeição, insegurança e baixa autoestima, comprometendo significativamente seu bem-estar psicológico e sua capacidade de formar vínculos. Tal impacto corresponde-se, com a importância da aceitação para a segurança emocional que se depreende de estudos clássicos sobre o apego (BOWLBY, 1969).

É vital compreender que a persistência da negação parental, para além de seus impactos emocionais, dificulta diretamente o acesso a direitos fundamentais assegurados pela legislação brasileira. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, garante explicitamente a educação inclusiva em todos os níveis, incluindo o acesso a salas de recursos multifuncionais e a acompanhantes especializados em sala de aula, quando necessário (BRASIL, 2015, art. 27). Complementarmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seus artigos 58 a 60, reafirma o dever do Estado em prover o atendimento educacional especializado.

Assim, a negação parental transcende a esfera da dinâmica familiar, ela se configura como um impedimento concreto ao cumprimento de direitos inalienáveis da criança, limitando seu acesso a um desenvolvimento pleno e inclusivo e comprometendo, em última instância, seu potencial máximo.

## **2.4 O Papel da Família na Aceitação e na Resiliência**

Uma vez compreendida a negação e seus impactos, torna-se essencial direcionar o olhar para a família e seu inestimável potencial transformador. Inquestionavelmente, a família desempenha um papel fundamental no processo de aceitação do diagnóstico de necessidades especiais do filho e no desenvolvimento da resiliência diante dos inúmeros desafios. Nesse contexto, a resiliência pode ser entendida como a notável capacidade de um sistema familiar de se adaptar, superar adversidades e, até mesmo, prosperar em meio a estresses significativos, mantendo um funcionamento saudável, conforme bem enfatiza Walsh (2006).

Um ambiente familiar que oferece amor incondicional, apoio e compreensão é um verdadeiro alicerce para a criança. Esse acolhimento se traduz na prática diária pela aceitação plena do filho, valorizando suas capacidades e não apenas suas limitações. Implica também em flexibilidade para adaptar rotinas e expectativas, na promoção de uma comunicação aberta entre todos os membros e na celebração das pequenas e grandes conquistas da criança, encorajando um senso de pertencimento e segurança essencial para seu desenvolvimento.

Contudo, é preciso reconhecer que a persistência da negação parental, tal como já discutido, pode fragilizar severamente a dinâmica familiar. Essa postura tem o potencial de gerar conflitos internos, despertar o isolamento social do núcleo

familiar e criar entraves significativos na comunicação entre seus membros, comprometendo o suporte mútuo essencial. O estresse e a sobrecarga decorrentes e frequentes, testam o relacionamento conjugal, exigindo um esforço conjunto e contínuo para lidar com as novas demandas. Os irmãos da criança com necessidades especiais, por sua vez, também vivenciam um processo de adaptação complexo, embora esta experiência possa desenvolver neles qualidades admiráveis como empatia e responsabilidade, exigem atenção e apoio específicos para que consigam compreender a situação e processar suas próprias emoções (NUNES; AZEVEDO; BARBOSA, 2009). A esse respeito, Severino (2007) nos recorda a inerente complexidade das relações humanas e a profunda influência dos contextos sociais e familiares nas respostas individuais e coletivas.

Diante dessa complexa teia de interações e desafios, torna-se essencial que os profissionais da saúde e educação não apenas identifiquem a negação, mas também compreendam as complexidades da dinâmica familiar. Seu papel vai além do foco na criança: é preciso oferecer um suporte não só para os pais, mas para todos os membros da família, fortalecendo sua capacidade de aceitação e resiliência. Esse apoio integral é crucial para que a família se reorganize, enfrente os desafios e se torne um ambiente provedor do bem-estar e do desenvolvimento pleno da criança.

## **2.5 Profissionais de Saúde e Educação: Agentes de Apoio Cruciais**

Os profissionais de saúde e educação desempenham um papel crucial no apoio às famílias que enfrentam a negação parental. Eles podem oferecer informações, orientação e suporte emocional, ajudando os pais a compreenderem a condição do filho e a desenvolverem estratégias eficazes de enfrentamento.

Além disso, esses profissionais podem atuar como mediadores entre a família e outros serviços e recursos disponíveis na comunidade, facilitando o acesso a tratamentos, terapias e grupos de apoio. A colaboração entre profissionais de diferentes áreas é essencial para oferecer um suporte abrangente e integrado às famílias.

## **3. Metodologia**

Para a realização deste estudo, optamos por um delineamento metodológico que nos permitisse explorar a complexidade da negação parental de forma

abrangente e rigorosa, buscando a construção de um conhecimento científico válido e consistente.

### **3.1 Tipo de Pesquisa**

Este estudo adotou uma abordagem de pesquisa mista, que integra elementos tanto quantitativos quanto qualitativos. Essa escolha metodológica se justifica pela necessidade de compreendermos o fenômeno em sua multidimensionalidade, aproveitando as potencialidades de ambas as perspectivas.

Para descrever a frequência de determinadas percepções e características da amostra, a dimensão quantitativa foi a metodologia empregada. Nesse sentido, Gil (2002) esclarece que a pesquisa quantitativa 'é marcada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas' (p. 28). Assim, a abordagem permitiu-nos gerar dados numéricos capazes de oferecer um panorama claro da prevalência e distribuição de certas opiniões entre os profissionais participantes.

Concomitantemente, a abordagem qualitativa revelou-se crucial para aprofundar a compreensão dos fenômenos investigados, explorando as nuances das experiências e percepções. Severino (2007) destaca que a pesquisa qualitativa 'preocupa-se em aprofundar a compreensão dos fenômenos em sua totalidade e particularidade, buscando interpretar os significados e as relações sociais, sem se prender à quantificação de dados' (p. 122). Essa perspectiva metodológica permitiu-nos ir além dos números, capturando as razões e os sentidos atribuídos pelos participantes às suas vivências de forma mais detalhada. A combinação dessas abordagens, portanto, possibilitou uma visão significativamente mais completa e robusta do fenômeno estudado.

Adicionalmente, nosso estudo classifica-se como uma pesquisa de natureza descritiva. Conforme Gil (2002, p. 42) explica, 'o objetivo primordial desse tipo de pesquisa é descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis'. Neste trabalho, o foco primordial foi, portanto, descrever as percepções e experiências dos profissionais de saúde e educação a respeito da negação parental, abrangendo suas causas, impactos e as estratégias de intervenção consideradas eficazes. É relevante sublinhar que não houve manipulação de variáveis, o que se buscou foi um retrato fiel da realidade observada a partir do ponto de vista dos participantes envolvidos.

### **3.2 Participantes**

A população estudada consistiu em 68 profissionais atuantes nas áreas de saúde e educação, incluindo professores (do ensino fundamental, médio e educação infantil), psicólogos e terapeutas ocupacionais. Como critério de inclusão, estabeleceu-se que os participantes deveriam possuir, no mínimo, dois anos de experiência profissional direta com crianças com necessidades especiais.

A seleção dos participantes foi conduzida por meio de amostragem por conveniência. Este método constitui um tipo de amostragem não probabilística em que os elementos são selecionados 'por sua acessibilidade ou facilidade de obtenção' (GIL, 2002, p. 110). Optou-se por essa abordagem devido à praticidade em alcançar os profissionais através de grupos online e redes profissionais, o que facilitou significativamente a adesão ao estudo. É fundamental reconhecer, contudo, que essa modalidade de amostragem pode ter implicações para a generalização dos resultados, o que sugere cautela na extrapolação das descobertas para outras populações.

### **3.3 Instrumento**

A coleta de dados foi efetuada por meio de um questionário online, cuidadosamente desenvolvido na plataforma Google Forms. O instrumento, elaborado para este estudo, foi composto por 10 questões: 9 de múltipla escolha (fechadas) e 1 dissertativas (abertas). As perguntas foram minuciosamente formuladas para investigar as percepções dos profissionais a respeito das causas da negação parental, seus impactos no desenvolvimento da criança e na dinâmica familiar, além das estratégias de intervenção consideradas mais aplicáveis e eficazes. Conforme aponta Severino (2007), o questionário configura-se como um instrumento eficaz para coletar informações padronizadas de um grupo significativo de indivíduos, o que permite a exploração de opiniões e percepções diversas. É importante destacar que todos os participantes, antes de iniciar a pesquisa, receberam e aceitaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo assim o anonimato e a confidencialidade das informações coletadas.

### **3.4 Procedimentos de Coleta de Dados**

O questionário online foi divulgado eletronicamente, por meio de e-mails e em grupos de redes sociais específicos para profissionais das áreas de saúde e educação. O período de coleta de dados ocorreu entre os dias 23 de abril a 15 de maio de 2025, totalizando 23 dias de coleta de dados.

**3.5 Procedimentos de Análise de Dados**

A análise dos dados seguiu as duas vertentes de nossa abordagem mista. Para os dados quantitativos, resultantes das questões fechadas, empregou-se a estatística descritiva, com cálculo de frequências e percentuais. Essa análise foi realizada com o auxílio do *software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, por meio do *Google Forms*.

Os dados qualitativos, por sua vez, provenientes das respostas dissertativas, foram submetidos à rigorosa análise de conteúdo, conforme a metodologia preconizada por Bardin (2011). Este processo compreendeu as seguintes etapas sucessivas: pré-análise do material coletado, exploração detalhada do material, com leitura flutuante e constituição de categorias a partir dos temas emergentes; tratamento dos resultados obtidos, e, por fim, a inferência e interpretação. As categorias de análise foram meticulosamente construídas a partir da recorrência de temas e ideias presentes nas falas dos participantes, o que permitiu uma compreensão aprofundada de suas experiências e percepções, bem como o acesso aos significados por eles construídos.

**4. Resultados e Discussão**

**4.1 Perfil dos Participantes**

A pesquisa contou com a participação de 68 profissionais das áreas de saúde e educação. A maioria dos participantes atuava como professor(a) de ensino médio (25%), seguido por professor(a) de educação infantil (20%) e psicólogo(a) escolar (15%). A tabela 1 apresenta a distribuição detalhada da área de atuação dos participantes.

Tabela 1: Área de Atuação dos Participantes

| Área de Atuação | Porcentagem de Respostas |
|-----------------|--------------------------|
|-----------------|--------------------------|

|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| Professor(a) de Ensino Médio       | 25% |
| Professor(a) de Educação Infantil  | 20% |
| Psicólogo(a) Escolar               | 15% |
| Professor(a) de Ensino Fundamental | 10% |
| Psicólogo(a) Clínico(a)            | 10% |
| Professor(a) Universitário(a)      | 5%  |
| Psicólogo(a) Saúde                 | 5%  |
| Psicólogo(a) Social                | 3%  |
| Psicólogo(a) Organizacional        | 2%  |
| Outro                              | 5%  |

Fonte: Autoria própria (2025)

#### **4.2 Presença da Negação Parental**

Os resultados da presente pesquisa confirmam a ampla ocorrência da negação parental no contexto de crianças com necessidades especiais. Uma parcela esmagadora dos participantes, correspondendo a 88,2% da amostra, relatou já ter presenciado diretamente situações em que os pais demonstraram não aceitar o diagnóstico de seus filhos. Este percentual, significativamente elevado, não apenas sugere, mas reforça de forma contundente que a negação parental é um fenômeno natural e rotineiro na prática profissional dos educadores e profissionais de saúde.

A ubiquidade da negação, percebida por quase 90% dos entrevistados, evidencia que este fenômeno não se trata de um caso isolado ou pontual, mas sim de um desafio persistente e transversal que permeia as interações entre famílias e os diversos serviços. A alta frequência com que os profissionais se deparam com a negação sublinha a relevância crítica deste estudo e a necessidade urgente de estratégias eficazes para lidar com essa problemática. Conforme já discutido em

nosso referencial teórico, a negação constitui um mecanismo de defesa complexo (FREUD, 1961). Sua constante manifestação na prática real dos profissionais aponta que a compreensão e o manejo dessa dinâmica são habilidades essenciais, mas que, muitas vezes, ainda não estão plenamente desenvolvidas ou suportadas no ambiente profissional.

**4.3 Fatores que contribuem para a Negação Parental**

Os participantes identificaram diversos fatores que contribuem para a negação parental. A tabela 2 apresenta a porcentagem de respostas para cada fator.

Tabela 2: Fatores que contribuem para a Negação Parental

| Fatores que contribuem para a Negação Parental | Porcentagem de Respostas |
|------------------------------------------------|--------------------------|
| Fatores Sociais                                | 63,2 %                   |
| Fatores Psicológicos                           | 29,4 %                   |
| Fatores Emocionais                             | 4,4 %                    |
| Outro                                          | 3 %                      |

Fonte: Autoria própria (2025)

Os fatores sociais (63,2%) foram considerados os mais relevantes, incluindo o estigma social em torno das deficiências e a falta de informação. Um participante observou: *A sociedade como um todo, mas a falta de políticas públicas direcionadas a esse público ainda infelizmente não é igual em todo o território nacional.* Outro participante destacou: *A falta de informação é a vilã do processo de compreensão e da aceitação da grande parte dos pais que se negam a procurar assistência adequada.*

Os fatores psicológicos (29,4%) foram consistentemente apontados como relevantes, corroborando a teoria de Kübler-Ross (1969) sobre os estágios do luto. O medo e a vergonha emergiram como exemplos proeminentes de fatores psicológicos que podem desencadear a negação. Nesse contexto, uma participante relatou: *Eu acredito que é o medo do diagnóstico.* Complementarmente, outro

participante acrescentou uma percepção impactante: *a vergonha em ter um filho DOENTE*, evidenciando uma fala que, segundo o próprio relato do profissional, já havia sido ouvida de um pai que tinha um filho autista e não aceitava a condição.

#### **4.4 Impacto da Negação na Saúde Emocional da Criança**

A maioria dos participantes (80,9%) percebeu efeitos negativos significativos da negação parental na saúde emocional da criança. Esse resultado evidencia a importância de se intervir precocemente para minimizar os danos causados pela negação.

Esse percentual revela uma preocupação significativa e consistente por parte dos profissionais. A maioria dos participantes, representando 80,9% da amostra, percebeu e relatou efeitos negativos significativos da negação parental na saúde emocional da criança. Este dado não é apenas uma estatística, ele reflete a experiência diária dos profissionais que testemunham as consequências diretas dessa negação no bem-estar psicológico infantil.

A alta prevalência dessa percepção corrobora o que foi discutido em nosso referencial teórico (item 2.3), onde destacamos que a falta de aceitação parental pode gerar na criança sentimentos profundos de rejeição, insegurança e baixa autoestima. Quando um ambiente familiar não valida ou minimiza a condição da criança, esta pode reprimir tal postura como uma falha pessoal, comprometendo gravemente sua autoimagem e sua capacidade de se sentir amada e aceita. Esse cenário não apenas prejudica o desenvolvimento emocional imediato, mas também pode semear as bases para problemas psicológicos mais complexos no futuro, como ansiedade, isolamento social e, inclusive, quadros depressivos, conforme a literatura aponta sobre a crucial importância do apego e da validação parental para a segurança emocional da criança (BOWLBY, 1998).

A clareza desse resultado, evidenciada pelo percentual expressivo, sublinha a urgência e a importância de se intervir precocemente. A negação não é um problema isolado dos pais, seus tentáculos se estendem diretamente à saúde emocional e ao desenvolvimento psicológico da criança, demandando uma abordagem atenta e sensível por parte de todos os profissionais envolvidos. É um alerta para que a aceitação não seja apenas uma meta para os pais, mas uma condição essencial para o pleno florescimento da criança.

#### **4.5 Papel dos Profissionais de Saúde e Educação**

Em continuidade à análise dos impactos da negação parental, nossos dados apontam para a percepção dos participantes quanto ao papel crucial, mas complexo, dos profissionais de saúde e educação. Uma parcela significativa, correspondendo a 91,2% dos participantes, acredita que a intervenção desses profissionais pode, de fato, auxiliar os pais a lidarem com a negação. Contudo, é fundamental destacar a ressalva percebida por eles: essa ajuda é vista como limitada, sugerindo que, embora os profissionais sejam considerados importantes atores nesse processo, eles podem enfrentar desafios substanciais na promoção efetiva da aceitação parental.

Esse resultado inicial de 91,2% está em consonância com o que foi amplamente discutido em nosso referencial teórico (item 2.4), onde ressaltamos a necessidade de os profissionais compreenderem as complexidades da dinâmica familiar e oferecerem suporte integral. A crença na capacidade de ajuda por parte dos profissionais é um indicativo positivo da expectativa depositada neles pelas famílias e pela própria comunidade. No entanto, a qualificação dessa ajuda como limitada abre um importante campo de discussão.

Essa limitação pode ser atribuída a diversos fatores, tais como: a falta de formação específica dos profissionais para lidar com as particularidades emocionais da negação, a escassez de tempo nas consultas ou atendimentos para estabelecer um vínculo de confiança profundo, a ausência de protocolos ou diretrizes claras para abordar a negação, ou até mesmo a resistência peculiar das famílias que ainda estão no processo de aceitação, dificultando a intervenção externa. Os profissionais, muitas vezes, sentem-se despreparados ou sem as ferramentas adequadas para navegar por essa situação sensível e desafiadora.

Adicionalmente, as percepções dos participantes revelam que o campo de atuação profissional é frequentemente permeado por discussões sobre a atribuição de responsabilidades no cuidado da criança com necessidades especiais. Observa-se, no dia a dia das equipes e reuniões multiprofissionais, uma recorrente indagação sobre de quem é a culpa ou de quem é a principal obrigação por garantir o desenvolvimento e bem-estar dessas crianças. Essa tensão sobre a corresponsabilidade entre família, serviços de saúde, instituições de ensino e o próprio sistema governamental reflete a complexidade da demanda e a necessidade de uma atuação mais integrada. Tal debate interno entre os profissionais, e a forma

como a responsabilidade é percebida e compartilhada, influencia diretamente a eficácia das intervenções e o suporte oferecido à família, podendo gerar lacunas no atendimento e sentimentos de sobrecarga ou desamparo.

A implicação desse dado é clara: é imperativo ir além do reconhecimento da importância do profissional. Torna-se crucial investir em capacitação contínua para esses agentes, equipando-os com estratégias de comunicação empática, técnicas de aconselhamento familiar e conhecimentos aprofundados sobre a psicologia da negação e da resiliência. Além disso, a criação de redes de apoio intersetoriais e o desenvolvimento de recursos acessíveis para as famílias são elementos essenciais para que o potencial de ajuda dos profissionais possa ser plenamente desenvolvido.

Essa ampliação do suporte profissional não beneficia apenas os pais no processo de aceitação, mas, de forma mais ampla, impacta positivamente o acesso da criança aos direitos e serviços necessários, contribuindo para seu desenvolvimento e bem-estar geral, como apontado anteriormente (item 2.3).

**4.6 Intervenções Eficazes**

Os participantes indicaram diversas intervenções que podem ser eficazes para ajudar os pais a aceitarem o diagnóstico de seus filhos. A tabela 3 apresenta a porcentagem de respostas para cada intervenção.

Tabela 3: Intervenções Eficazes

| Intervenção                          | Porcentagem de Respostas |
|--------------------------------------|--------------------------|
| Encontros com Profissionais de Saúde | 33,8 %                   |
| Grupos de Apoio entre Pais           | 32,4 %                   |
| Informações e Recursos Educacionais  | 22,1 %                   |
| Sessões de Psicoterapia              | 7,4 %                    |
| Outro                                | 4,3 %                    |

Fonte: Autoria própria (2025)

Os encontros com Profissionais de Saúde (33,8%) foram apontados como uma intervenção eficaz. No entanto, outras intervenções, como grupos de apoio entre pais e informações e recursos educacionais, também foram consideradas relevantes.

#### **4.7 Negação e Adesão ao Tratamento**

A análise da percepção dos participantes sobre a relação entre negação parental e a adesão aos tratamentos necessários para a criança revelou um dado de extrema relevância. Uma parcela significativa, abrangendo 57,4% dos profissionais, percebeu que a negação dos pais afeta frequentemente a adesão a essas intervenções, enquanto um expressivo percentual de 38,2% indicou que tal negação afeta sempre a adesão. Combinados, esses números atingiram 95,6% e demonstram que a negação parental é um obstáculo constante e severo para que as crianças com necessidades especiais recebam o cuidado que merecem.

Este resultado numérico não é um mero indicativo, ele reflete uma realidade crítica que tem consequências diretas e palpáveis no desenvolvimento e na qualidade de vida das crianças. A ausência ou a interrupção de tratamentos essenciais, como fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional ou intervenções pedagógicas especializadas, significa a perda de janelas de oportunidade cruciais para o desenvolvimento de habilidades e a minimização de limitações. Cada dia de tratamento não realizado ou atrasado representa um potencial não alcançado, comprometendo o avanço físico, cognitivo, emocional e social da criança, conforme detalhado no item 2.3.

A negação, ao impedir a adesão ao tratamento, configura-se como um verdadeiro entrave ao pleno exercício dos direitos dessas crianças, direitos estes garantidos, inclusive, pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015). Caso o diagnóstico não seja aceito, as necessidades específicas não são plenamente reconhecidas, e o caminho para o acesso a serviços adequados, seja na saúde ou na educação, como salas de recursos multifuncionais e acompanhantes especializados, torna-se árduo ou mesmo inexistente. Essa situação não apenas atrasa o desenvolvimento, mas pode resultar em quadros de maior dependência, frustração e, em última instância, uma redução significativa da autonomia e da qualidade de vida da criança.

Portanto, a magnitude desses dados reforça, de forma explícita, a necessidade imperativa de se abordar a negação parental como um passo preliminar e fundamental para qualquer intervenção eficaz. A superação da negação não é apenas uma questão de suporte emocional aos pais, é, acima de tudo, uma estratégia crucial para assegurar que as crianças recebam o cuidado, a estimulação e o apoio que precisam para maximizar seu potencial e garantir seu pleno desenvolvimento e inclusão.

#### **4.8 Responsabilidade e Autonomia**

A discussão sobre a atribuição de responsabilidade pela problemática da negação parental e as estratégias para promover a autonomia da criança revelou uma gama diversificada de percepções entre os participantes, refletindo a complexidade do tema em sua prática diária. Uma parcela significativa dos profissionais, por exemplo, apontou a família, especialmente os pais, como os principais responsáveis pela negação. Essa visão é frequentemente atrelada à falta de instrução e conhecimento sobre o diagnóstico e suas implicações, conforme explicitado por um participante que afirmou: *A família é o responsável, mas a falta de instrução e conhecimento leva a essa problemática*. Outros complementaram essa ideia, mencionando o medo do diagnóstico, a superproteção excessiva e até conflitos pessoais ou emocionais entre os responsáveis, além da ignorância e negação por parte dos genitores, sugerindo que a negação é um fenômeno primariamente intrafamiliar, agravado pela desinformação.

Contudo, uma perspectiva notável entre os participantes é a de que a negação é um problema complexo e multifacetado, cuja responsabilidade não pode ser atribuída a um único agente. Essa visão amplia o foco para além da família, incluindo a sociedade e o governo. Um participante articulou essa ideia com clareza ao declarar: *Penso que é um problema complexo, não tem um principal responsável, a família, a sociedade, o governo são tão responsáveis por promover a autonomia da criança*.

Nesse sentido, os rótulos ou estigmas sociais, o preconceito e a dificuldade ou ausência de acesso a informações foram frequentemente mencionados como fatores contribuintes, ressaltando que a exclusão social e a falta de políticas públicas adequadas agravam a negação parental. Uma terceira vertente das respostas salientou a carência de uma rede de apoio eficaz como um catalisador da negação.

Profissionais indicaram que a *falta de informação e apoio* é a *vilã* e que muitas famílias *acabam se isolando sem pedir ajuda*, evidenciando que, embora a negação possa partir da família, a ausência de um sistema de suporte robusto contribui para sua multiplicação.

Independentemente da atribuição de responsabilidade pela negação, os participantes convergiram na promoção da autonomia da criança como um objetivo fundamental. As estratégias sugeridas por eles são igualmente diversas e refletem uma abordagem holística. O apoio à família e seu empoderamento surgem como centrais, através da sugestão de trabalhar o luto dos pais, promover o diálogo, incentivar a mediação familiar e oferecer acompanhamento psicológico para fortalecer a identidade e a autonomia da criança. Também foi destacada a importância da instrução e do conhecimento para os pais, com momentos de aprendizagem sobre diagnósticos e adaptações, além do acolhimento pedagógico e psicológico, com o uso de palavras claras e específicas para facilitar a compreensão das informações.

A intervenção profissional especializada foi amplamente consensual, com a necessidade de apoio de psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e terapeutas, que devem oferecer orientação e acompanhamento com empatia, sensibilidade e conhecimento técnico, priorizando o desenvolvimento da criança. A criação de um plano de apoio individualizado e a terapia familiar foram mencionadas como ferramentas essenciais.

Além disso, a dimensão sistêmica da questão foi abordada com sugestões de políticas públicas e conscientização social, incluindo campanhas que desconstruam o preconceito e trabalhem a inclusão, com palestras e encontros que esclareçam os diferentes níveis de laudos e os ganhos do tratamento precoce. A visão adultocêntrica foi criticada, e a necessidade de ouvir a criança, respeitar suas opiniões e permitir pequenas escolhas no dia a dia foi enfatizada.

Por fim, a ideia de que não há só um responsável, mas sim, se reflete na sugestão de que a responsabilidade deve ser compartilhada entre pais, familiares e os profissionais, e que a escola deve ser vista como parceira no processo educativo, reforçando a corresponsabilidade e a confiança mútua. Em suma, as respostas dos profissionais indicam que a superação da negação parental e a promoção da autonomia da criança exigem uma intervenção multifacetada. Esta deve começar com a educação e o apoio emocional à família, expandir-se para uma atuação

profissional qualificada e colaborativa, e ser sustentada por políticas públicas que desconstruam estigmas e garantam o acesso a recursos e direitos.

## **5. Considerações Finais**

A jornada de aceitação parental diante do diagnóstico de necessidades especiais em filhos torna-se um estudo como um caminho complexo, mas profundamente humano, cheio de desafios psicológicos, emocionais e sociais. Longe de ser um mero fenômeno individual, a negação parental revela-se um potente obstáculo que reflete na saúde emocional, no desenvolvimento integral da criança e na sua adesão a intervenções cruciais. Essa realidade não apenas exige atenção imediata, mas clama por um olhar atento e proativo de toda a sociedade.

À luz dos nossos achados, o papel dos profissionais de saúde e educação supera a mera prestação de serviços, eles são pilares fundamentais no suporte às famílias, atuando como guias e fontes de informação e acolhimento. Contudo, a percepção de que sua atuação é, por vezes, limitada, aponta para a urgência em investir na capacitação contínua desses profissionais e em promover uma colaboração intersetorial mais robusta. Não se trata apenas de atribuir responsabilidades, mas de tecer uma rede de apoio integral e consciente.

A superação da negação é, portanto, o ponto de partida para um futuro onde a autonomia da criança possa florescer plenamente. As estratégias para pavimentar esse caminho são multifacetadas: desde o apoio psicológico e informativo direto às famílias, passando pela qualificação constante de quem está na linha de frente, até a construção de políticas públicas que desconstruam estigmas e garantam acesso irrestrito a recursos. Que este estudo sirva como um convite ardente à reflexão e, mais ainda, à ação. Que ele inspire a construção de um ambiente onde cada criança, com suas singularidades e potencialidades, encontre aceitação incondicional e o apoio necessário para alçar seus próprios voos, em plenitude e dignidade.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOWLBY, John. Apego e perda: volume 1: apego. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)]. Acesso em: 24 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)]. Acesso em: 25 maio 2025.

FREUD, Sigmund. O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925). Direção geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. Sobre a morte e o morrer. São Paulo: Cultrix, 1969.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NUNES, Lúcia Regina de Souza; AZEVEDO, Maria Isabel; BARBOSA, Rosa Cristina (Orgs.). A experiência de irmãos de pessoas com deficiência. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

WALSH, Froma. Resilience in families: a family systems perspective. 2. ed. New York: Guilford Press, 2006.